

Presidente da Petrobras diz que Refap não será mais privatizada

Refap sai da lista de privatizações

Em Porto Alegre, Prates confirmou planos de investir na refinaria gaúcha

RAFAEL VIGNA
rafael.vigna@zerohora.com.br

Após uma reunião na sede da Fiergs, em Porto Alegre, na sexta-feira, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, confirmou que a Refinaria Alberto Pasqualini, em Canoas, não está mais à venda. A unidade gaúcha integrava uma lista de ativos destinados à privatização, que havia sido elaborada pela diretoria da estatal em junho de 2018, durante a gestão de Michel Temer.

– A Refap não será mais vendida. Não é, em absoluto, um ativo colocado no mercado. É claro que esse processo todo de revisão ainda está em curso, porque temos um plano estratégico em andamento para o ano que vem e alguns ajustes precisam ser feitos – informou Prates.

Segundo o executivo, a estatal brasileira tem diretrizes anunciadas recentemente, ao mercado. É uma delas a conta da retomada de aportes para ampliação da capacidade de refino nas unidades já existentes.

– Há muito a fazer antes de pensar em construir uma refinaria nova. É preciso terminar as obras que temos, corrigir erros. Percebemos que há muita capacidade de refino para extrair das mesmas instalações que já temos. Uma delas é a Refap – acrescentou.

A Refap foi a primeira refinaria visitada pelo presidente da Petrobras. Ele explicou a escolha pelas dificuldades recentes na empresa, que responde por 12%



Presidente da Petrobras (D) informou que unidade de Canoas também passará a processar o diesel RS, menos poluente

de toda a arrecadação de ICMS do Rio Grande do Sul. Segundo ele, o período, marcado pela maior paralisação das atividades da história da refinaria, no início do ano, é consequência de uma “desaceleração de investimentos” fundamentais para a atividade:

- É o maior CNPJ do RS e sozinha responde por um terço das receitas de Canoas. Só a refinaria já é a maior empresa gaúcha e é importante que ela se atualize.

Ampliação

Diretor de processos da Petrobras, William França lembra que a empresa foi ampliada até 2016. Saiu de 27 mil metros cúbicos para 33 mil metros cúbicos diários de capacidade de processamento de petróleo. Agora, a ideia é substituir o refino do diesel S-500

(mais poluente, em razão das partículas de enxofre), que deixará de ser comercializado em breve, pelo diesel S-10 – já refinado em Canoas, mas que deverá absorver a totalidade da capacidade de produção.

– A ideia é que se concentre toda a produção, de cerca de 100 mil barris por dia de diesel no S-10. O prazo inicial é de cinco anos, mas queremos fazer isso até 2026 – comenta.

De acordo com Prates, a Refap também entrará para o seleto grupo das biorrefinarias. Isso porque, até março do próximo ano, o planejamento indica que passe a processar o diesel R5. O combustível sairá da refinaria com cerca de 95% de diesel mineral (derivado do petróleo) e 5% de diesel renovável, muito menos poluente.

Novo pedido de licenciamento ao Ibama

Antes da reunião em Porto Alegre, Jean Paul Prates anunciou, em uma rede social, que a Petrobras apresentou um novo pedido ao Ibama de concessão de licenciamento para explorar jazidas de petróleo na foz do Rio Amazonas. “Reapresentamos há pouco pedido de retomada do processo de licenciamento da perfuração do poço Morpho 1-APS-57 no setor Amapá Águas Profundas”, disse o presidente.

Prates divulgou uma série de questões técnicas pontuadas

pela Petrobras para reiterar o pedido de licenciamento. Dentre elas, o presidente afirma que a empresa “contratou uma sonda de perfuração marítima que foi posicionada no ponto da perfuração em aguardo ao processo de licenciamento”.

A estatal busca licença para perfuração a 179 quilômetros da costa do Amapá. O objetivo é saber se há petróleo e gás na região, que é chamada de “novo pré-sal” e tem sua exploração defendida por políticos da região amazônica.

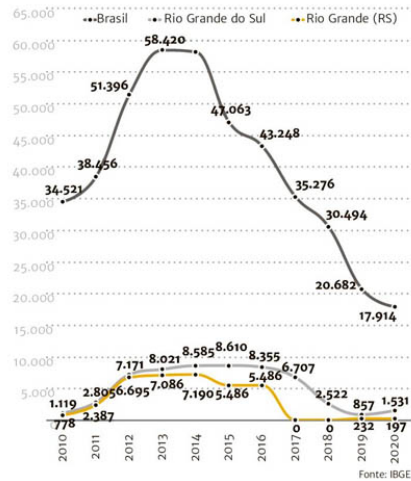
O primeiro pedido feito pela empresa foi indeferido pelo Ibama, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, sob alegação de risco ambiental. A decisão gerou uma queda de braço entre o Meio Ambiente, chefiado por Marina Silva, e o Ministério de Minas e Energia e a Petrobras.

Um acordo mediado pelo presidente Lula definiu que, para pleitear uma liberação, a estatal ficaria obrigada a apresentar documentos que comprovem a inexistência de risco.

Estatal avalia meios para reativar a indústria naval

A situação

EVOLUÇÃO DOS EMPREGOS GERADOS NO POLO NAVAL DE 2010 A 2020, POR PESSOAL CONTRATADO



Antes do anúncio que envolvia a Refap, na reunião com o presidente da Fiergs, Gilberto Petry, um dos assuntos foi a reativação da indústria naval.

O RS já foi um dos polos nacionais do segmento. Para se ter uma ideia, em 2010, o setor gerava 34,5 mil empregos no país, 1,2 mil no RS e 778 no Porto de Rio Grande. Um ano depois, em 2011, as oportunidades aumentaram em mais de 150%, bateram em 2.895 postos de trabalho no RS, dentre os quais 2.387 estavam no terminal gaúcho, o que equivale a mais de 80% do total do Estado.

No ano seguinte, em 2012, o setor já contabilizava 7.171 funcionários no Estado e 6.695 deles estavam lotados em Rio Grande. O apogeu viria em 2015, com 8.585 postos de trabalho; 7.190 em Rio Grande. Em 2016, ano do encerramento abrupto dos contratos com a Petrobras, eram 8.355 empregos no RS e 5.486 em Rio Grande.

Mas em 2017 e 2018 essa indústria sumiu, em decorrência de desdobramentos da Operação Lava-Jato, que determinaram a falência da Sete Brasil, um dos braços da Petrobras afetados pelas investigações de corrupção. Na ocasião, foram cancelados contratos e empresas entraram em processo de falência.

Agora, segundo o presidente Jean Paul Prates, a ideia é apresentar um plano indutor para revitalizar o potencial, sobretudo, de contratação de mão de obra. Segundo ele, a estatal não pode fazer esse “resgate sozinha”, mas destaca que existem alternativas. Uma delas, é o desmantelamento de plataformas. Trata-se do desmanche dessas estruturas metálicas para reutilizar os materiais em outras indústrias.

Plataformas

É uma operação inédita para os estaleiros nacionais, antes, realizada em países como Índia e Paquistão, e que tem cerca de R\$ 5 bilhões carimbados pelo Plano Estratégico da Petrobras nos próximos quatro anos e uma fatia desses contratos poderia ficar no Estado.

Também faz parte das estratégias de médio prazo da estatal a construção de 26 plataformas, com destinação de US\$ 9,8 bilhões. Seriam três novos navios a cada doze meses, o que formaria um mercado de R\$ 3,2 bilhões anuais no país. Por regra, entre 30% e 40% dessas contratações precisam de conteúdo local, o que coloca o estaleiro de Rio Grande outra vez no páreo.

Veículo: Impreso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 11